

SESSÕES DO PLENÁRIO

82ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de agosto de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3ºVICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto e Zé Raimundo.(56)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Sidelvan Nóbrega comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 24 e 25/08/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho um assunto muito sério para falar desta tribuna. Estou bastante revoltada, e o povo de Camaçari não está aceitando esta decisão do delegado da Receita Federal de lá, que sem avisar a ninguém fechou a agência no município, transferiu-se para Lauro de Freitas e deixou um problema sério na nossa mão.

Estive hoje de manhã com ele, numa conversa de uma hora e meia, colocando que o povo camaçariense não aceita esse fechamento. Somos hoje uma cidade com quase 300 mil habitantes. A população, para chegar e ser atendida na RF daquele outro município, vai gastar em torno de 60 quilômetros, 30 para ir e mais 30 para voltar. Então, estamos denunciando que essa atitude da agência está incorreta e equivocada.

Pedimos uma audiência ao superintendente regional da Receita Federal, o Sr. Carlos Romeu, e o deputado federal Caetano solicitou também uma reunião com o ministro da Fazenda, Dr. Levy, nosso querido, para que reveja esta situação. O delegado Gladistom me disse que tem um orçamento já aprovado para a construção de uma agência modelo em Camaçari, mas o prédio onde funcionava a que foi fechada já não estava em condições. Aí, ele fecha as portas, se arruma e vai para um prédio bonito alugado em Lauro de Freitas!

Que vá para onde quiser. Agora, deixe a agência de Camaçari funcionando, porque houve um desrespeito à nossa população! E não vamos aceitar! Saí hoje de manhã, como disse, para ir conversar com ele. Os comerciantes e a população de Camaçari estão em pé de guerra com esta história, querendo ir para a porta da Delegacia da Receita Federal queimar pneus. Acho que não vai precisar de tudo isso, mas queremos fazer esta denúncia e pedir inclusive a este Legislativo que nos ajude para que se resolvam essas pendências burocráticas e administrativas, pois não dá para penalizar o povo camaçariense desta forma!

A cidade é atualmente a que mais cresce na região. Ele precisa resolver uma questão com a Prefeitura - porém não sei se vai conseguir - : a doação dum terreno de 600m² para ser repassado à União. E disse que já tem o orçamento. Só que com esta história de orçamento, construção e licitação vai se chegar a dois anos, e o povo de Camaçari não aceita! Portanto, estamos aqui desta tribuna ou aguardando uma nova posição - talvez ainda tenha uma reunião com o Dr. Carlos Romeu hoje à tarde - ou então vamos entrar de vez nesta batalha para que realmente a situação seja revertida.

Quero também, presidente, falar um pouco sobre o Horário de Verão. Não vejo necessidade de a Bahia ter Horário de Verão. É um absurdo! Sofrem com isso quem tem de pegar um transporte porque trabalha mais distante, as pessoas que precisam acordar cedo. Aqui no Nordeste, já há algum tempo, elas não aceitam esta história do Horário de Verão. Mas vemos atualmente toda uma movimentação no sentido de ganhar o governador para que reveja também esta questão.

O nosso Estado tem investido muito em produção de energias renováveis, tornando-se um grande polo eólico, e poderia ser uma alternativa sustentável para a

nossa economia.

Então, acho isso desnecessário. E esta Casa precisa se posicionar. Tenho certeza de que nosso governador nos atenderá. Fizemos a mesma discussão com o ex-governador, Jaques Wagner, que nos atendeu.

Realmente, acho que a Bahia não precisa dessa alteração, porque é um transtorno muito grande, principalmente na vida dos mais pobres, que têm que acordar mais cedo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Neusa Cadore, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores desta Casa, venho à tribuna, com alegria, para registrar que a região da Bacia do Jacuípe ganhará um equipamento extremamente importante para o desenvolvimento da região nesta sexta-feira.

Teremos a inauguração, a entrega, no Município de Riachão do Jacuípe, do Setaf, Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar. O equipamento está sendo implantado em cada um dos 27 territórios de identidade, o que demonstra o compromisso do governo da Bahia com os mais de 700 mil agricultores e agricultoras familiares do nosso Estado. São eles que contribuem e garantem o fornecimento de 70% dos alimentos nas mesas dos povos baiano e brasileiro.

O Território do Jacuípe será o décimo a receber esse equipamento.

Gostaria de parabenizar o secretário Jerônimo Rodrigues por sua brilhante atuação à frente da nova pasta do governo do Estado, que é a Secretaria de Desenvolvimento Rural. E destacar, aqui, o acolhimento que essa secretaria tem dado aos movimentos sociais, discutindo políticas da agricultura, dando vez e voz a milhares de trabalhadoras e trabalhadores que têm contribuído para o desenvolvimento do nosso Estado e do País, fazendo uma agricultura cada vez mais comprometida com os princípios agroecológicos, o associativismo e a economia solidária.

Com certeza, essa metodologia de interiorizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural garantirá que os programas federais, a assistência técnica, o crédito e os caminhos da comercialização sejam cada vez mais realidade concreta para a agricultura, para o Semiárido.

Quero destacar, também, que com o apoio à agricultura familiar estamos reduzindo a desigualdade de gênero. Muitas mulheres vivem da economia rural, e movimentos como a Marcha das Margaridas, que levou 100 mil mulheres a Brasília no mês de agosto, mostram que o segmento das mulheres também tem contribuído para apresentar propostas, para construir políticas públicas e criar um cenário para o campo, que vem sendo beneficiado ao longo desses anos com a chegada da energia,

com a chegada da água de beber, com a chegada da água de produção, com os programas de comercialização, com a lei que garante que se adquira produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, e que a Conab também compre produtos da agricultura familiar.

Sem dúvida, o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar reforçará essa política, que é defendida pelo governo da presidente Dilma Rousseff, defendida pelo nosso governo, que criou uma secretaria com essa finalidade.

Com certeza, esse é um sinal concreto de que estamos caminhando para a sustentabilidade da agricultura familiar, estamos caminhando para construir condições efetivas para que o homem e a mulher do semiárido possam ter a garantia da sua fixação e da construção da sustentabilidade. Então, parabéns ao nosso governador Rui Costa. Parabéns para o secretário Jerônimo. Parabéns aos movimentos sociais que vêm pautando, há muito tempo, a criação dessa secretaria voltada para o desenvolvimento da população, que ainda enfrenta difíceis condições no ambiente do semiárido baiano.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com apalavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Só Hildécio Meireles?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V. Ex^a está na relação, deputado Rosemberg Pinto. Será o sétimo orador. Tenha calma que a sua vez chegará.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, nobre deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, funcionários, funcionárias, no primeiro semestre deste ano, vim a esta tribuna para falar sobre a situação caótica em que se encontrava a segurança pública no nosso Estado da Bahia. Naquela época, dizia que em qualquer governo e em qualquer tempo a educação e saúde sempre foram e serão prioridades. Naquele período, dizia que o governo da Bahia - em face dos problemas ocorridos na segurança pública em nosso Estado - deveria considerar também a segurança pública como uma questão de prioridade número 1. No entanto, não tem sido isso que nós baiano temos visto por aí afora.

Aqui e acolá, as notas de jornais davam notícias de que os índices de violência na Bahia teriam caído. Na realidade, meu caro deputado Euclides, V.Ex^a que é lá da maravilhosa cidade de Jequié, infelizmente, não é o que temos visto pela Bahia afora. Nesses últimos 15 dias, essa situação tem se ampliado muito mais ainda de forma desrespeitosa com a nobre família baiana, como dizia o saudoso França Teixeira.

Na região de Jequié, às margens da BR-116, um carro foi metralhado e o homem assassinado. Essa foi uma notícia, meu caro deputado Luciano, que pesquei no twitter. No bojo da notícia trazia informação que de quinta-feira a domingo, naquela região de Jequié, houve 8 homicídios.

Da mesma forma, continuando no entorno daquela região, na cidade de Lafaiete Coutinho. A cidade foi sitiada por bandidos fortemente armados. Faziam disparos atabalhoados, em qualquer direção. Aí foram, também, à cidade de Varzedo do Tabocal, que explodiram, detonaram, a agência bancária e levaram todo o dinheiro que ali havia. Na cidade de Ubaíra, o comércio baixou as portas por ordem da bandidagem e invadiram a cidade da mesma forma. Eles estavam fortemente armados e ameaçando a todos que encontravam pela frente.

O clima de terror, na Bahia, continua até na capital. Meu caro deputado Prisco, na capital onde o governo da Bahia tem voltado as atenções no desejo insano de antecipar o processo eleitoral em face da longínqua distância que o nosso prefeito tem em relação à oposição municipal.

Em Salvador, também, o problema perdura. No sábado à noite, eu pesquisando no twitter, dentro de pouco tempo, pude ver 3 casos de homicídios. Um homem que fora assassinado no Cabula; um outro homem que fora assassinado na Ribeira e uma jovem estudante de Medicina que fora assassinada no Costa Azul, quando saltava do seu carro para ir ao encontro do seu noivo. Ela, coitada, ainda muito jovem e, talvez, inexperiente, reagiu, no sentido de salvaguardar os seus bens, jogou a bolsa para dentro do muro e fora violentamente assassinada por um bandido.

O que a sociedade baiana quer? O que a sociedade baiana pede? É que o governo volte as suas vistas para a segurança pública e reaja! O governo tem de reagir! A segurança pública tem de ser tratada como prioridade! A segurança pública, meu caro deputado Luciano Ribeiro, talvez mate mais, na Bahia, do que a saúde, que já é outro caos. A segurança pública está de um tamanho que, provavelmente, está ceifando mais vidas do que o próprio sistema de saúde.

Portanto, quero chamar a atenção do governo do Estado e do secretário de Segurança Pública, porque a população baiana clama por mais segurança.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Hildécio Meireles.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Peço ao deputado Marquinho Viana que assuma a presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Marquinho Viana, Srs. Deputados, pululam pelos corredores do Palácio de Ondina notícias que circulam na imprensa, afirmando que o governador Rui Costa está sendo pressionado a adotar, na Bahia, o horário de verão.

Em outras ocasiões já nos posicionamos contra, e, cada vez mais, entendo que a Bahia não deve fazer parte do horário de verão. Imaginemos a situação do trabalhador que sai de casa às 4h da manhã, num Estado em que a segurança pública é um caos

e que vai de mal a pior.

Governador Rui Costa, o senhor não pode tomar a decisão de incluir a Bahia no horário de verão, atendendo pressões de empresários, de setores organizados que não têm compromissos com o Estado, mas simplesmente em ganhar mais dinheiro. Cobro também uma posição da CUT e do Sindicato dos Rodoviários que, outrora, também fizeram coro contra o horário de verão. Não podemos pensar na Bahia apenas atendendo um segmento. Quando a gente lê que: “Entidades filiadas à CNT Tour pressionam o governo para que adote o horário de verão.” “Empresários pressionam para o governador adotar o horário de verão”.

Governador Rui Costa, o senhor disse na campanha – isso é verdade – que é filho de um metalúrgico, de um operário, e o senhor sabe muito bem o que era ver seu pai sair de casa, durante a madrugada, para trabalhar. Se posicione no lugar do trabalhador que tem de sair com tudo às escuras de casa, arriscando a sua vida para lutar pela sobrevivência da sua família.

De um lado estão os empresários, visando apenas os lucros, as benesses do dinheiro, enquanto do outro lado está a população, do outro lado está o trabalhador. Todas as pesquisas apontam que a maioria esmagadora dos baianos é contra o horário de verão. O governador, na última eleição, quando falaram do horário de verão, resolveu não adotá-lo, porque visava apenas atender uma demanda da maioria da população. É uma medida antipática à maioria! É claro e óbvio que há aquelas pessoas que gostam e defendem o horário de verão, mas são a minoria. A classe trabalhadora é contra o horário de verão.

Seria uma medida cruel! Cruel! E nós vamos, aqui, desta tribuna adotar o lema “Governador Rui Costa diga não ao horário de verão.” Esperamos que ele não ceda às pressões e mostre, realmente que chegou à condição de governador tendo posição. Ele pode errar! O governante pode, em algum momento tomar uma atitude errada, mas jamais deixar de se posicionar de forma corajosa, enfrentando os poderosos e adotando medidas que sejam simpáticas e atendam ao coletivo dos trabalhadores no Estado da Bahia.

Meu caro presidente desta sessão, Marquinho Viana, a Assembleia Legislativa não pode num momento como este deixar passar em branco um assunto destes, e o governador simplesmente adotar o Horário de Verão porque irá atender a um segmento capitalista sem observar, sem vislumbrar que do outro lado, na outra ponta está a classe trabalhadora.

Há pouco, o deputado Hildécio Meireles elencou uma série de casos na área da Segurança Pública de que até hoje não tivemos resposta. Não sabemos onde vai parar esta situação.

A saúde pública do Estado há muito tempo vai mal! A segurança pública já se perdeu de vez, desembestou! O baiano a todo instante lê nos jornais e acompanha na imprensa assassinatos, latrocínios! Imaginemos nós trabalhadores sairmos de casa às quatro horas da manhã! Se durante o dia já não temos policiamento, imaginem às três ou quatro horas da madrugada! Muitos serão obrigados a sair de casa em bairros mais

distantes para seus locais de trabalho às três horas da manhã! E que segurança temos? Segurança zero! A única segurança que temos é a de Deus!

Então, não podemos cruzar os braços...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) e ficar esperando que o governador simplesmente ceda às pressões dos empresários. Esses só querem o dinheiro, mas não têm compromisso com este Estado nem muito menos com a segurança do trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde, amigos!

Sr. Presidente, vou abordar um assunto muito interessante para nós baianos. Quero lembrar, ou refrescar a memória dos colegas, do que aconteceu com relação à questão indígena. Todos nós sabemos que na Constituição de 1988 foi realizada a demarcação das áreas indígenas no País. Só que ela não parou por aí! Continuou com a Funai, e hoje, com o apoio do ICMBio, há várias outras demarcações indígenas.

Podemos recordar lembranças negativas para a Bahia, a exemplo do que aconteceu em Pau-brasil, onde a demarcação indígena praticamente estagnou o município. Podemos lembrar também dos conflitos gerados em Buerarema. A população de lá se reuniu e deu a sua resposta de indignação nas urnas. O governo do Estado não se preocupou, não se ateve aos problemas indígenas dessa outra cidade.

E atualmente vivemos o mesmo problema indígena na Bahia. Agora em Prado, município onde a Funai, junto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade está fazendo a demarcação de mais de 28 mil hectares para uma reserva indígena que será chamada Comexatiba.

O IBGE, eu não sei como, conseguiu encontrar naquela região uma população de 13.588 índios! Imaginem que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também nas suas pesquisas populacionais lá, identificou ter Prado uma população de 20 mil habitantes! Mas não existem no município só sete mil populares brancos, pardos ou negros, e o resto seriam índios. Existe algum desencontro faltando com a verdade.

Isso é uma coisa muito negativa para o município do Prado, que tem um atrativo turístico muito importante: mais de 57 quilômetros de orla, de praias importantes, como a da Ostra, que vai até o Pontal de Corumbau, no limite com o Município de Porto Seguro, mais precisamente, na região de Caraíva. É uma área marítima de praias maravilhosas, onde existem pousadas de reconhecimento, que recebem não só pessoas da região, como turistas internacionais, que frequentam aquelas praias de atrativos internacionais.

Com a decisão da Funai de fazer do local uma reserva indígena... O mais

interessante é que isso é, simplesmente, uma vontade da Funai, porque os índios não têm se mobilizado, não têm se manifestado, querendo essa demarcação.

Estive em Brasília, juntamente com a prefeita Maíra, para uma audiência com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e mostramos o nosso descontentamento e os prejuízos que o município irá ter se essa demarcação acontecer de fato.

Estivemos também com o governador Rui Costa, que mostrou interesse. Foi o governador Rui Costa quem agendou a audiência com o ministro. Quero pedir a sensibilidade do governador para que possa intervir, usando seu prestígio, em relação a essas demarcações abusivas, que trarão fortes transtornos para o turismo da Cidade do Prado.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, em permuta com o deputado Pablo Barrozo, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde a todos os presentes nesta Casa.

Sr. Presidente, ouvi bem claramente o nosso deputado Hildécio Meireles falar aqui sobre a questão da violência no Estado da Bahia. Isso vem ocorrendo há muito tempo e não vemos o governo do Estado tomar qualquer providência.

Firmamos no ano passado, após o movimento reivindicatório, um acordo com o governo do Estado, que até o presente momento não o cumpriu. Esse acordo foi avaliado pelo deputado Rosemberg, que aqui se encontra. E o governo agora descumpre o acordo, demitindo dois policiais militares de forma absurda, arbitrária e aberrante, inclusive ouvindo apenas a Corregedoria da Polícia Militar, tendo apenas uma testemunha, que é um major da PM, apesar de todas as provas contrárias no processo.

Demitiu para tentar mostrar o seu poder, a sua força, achando que isso vai intimidar os policiais militares da Bahia a não cobrarem o cumprimento do acordo. É um erro drástico num momento de negociação, num momento em que o Estado vive uma crise de violência absurda, o governo do Estado tratar desta forma os policiais militares.

Diante desse fato, a categoria vem cobrando uma posição. Vamos cobrar do governo do Estado o cumprimento desse acordo, através de assembleias da nossa categoria. O governo do Estado tem que ter responsabilidade com a população da Bahia e com os policiais militares. Acordo assinado tem que ser cumprido.

Demitiu um pai de família, um trabalhador, o soldado Josafá, de Feira de Santana, e o soldado Rocha, de Salvador, de forma absurda, descumprindo totalmente o acordo firmado com a nossa categoria.

Neste final de semana, mais uma vez, vimos o retrato da violência, que ocorre todos os finais de semana, e não vemos o governo do Estado tomar qualquer providência. Mais uma pessoa foi vitimada. Uma aluna da Faculdade de Medicina foi

assassinada, teve a sua vida ceifada aos 22 anos. E vimos o governador do Estado ir à imprensa e dizer que a solução é aumentar o número de blitzes. Não sei com que efetivo. Vai tirar xerox de policial ou o próprio governador está zombando população da Bahia. Uma verdadeira incompetência na segurança pública, uma verdadeira insegurança pública o Estado está vivendo. Já tivemos dezesseis policiais assassinados este ano e nenhuma providência do Estado. Todos os finais de semana há uma média de quinze, vinte a trinta homicídios na região metropolitana, e o Estado nada faz.

Tivemos agora, na cidade de Jequié, o deslocamento de toda a força bélica do Estado para essa região por conta do número de homicídios (que acontecem corriqueiramente) de oito para dez.

Uma verdadeira incompetência na segurança pública. O cidadão é tratado de forma errada e o governo ainda descumpra um acordo, demite dois policiais e joga fogo numa situação que estava tranquila e calma no processo de negociação.

Queremos saber se essa atitude partiu do governo do Estado ou se foi um ato do comando da PM, já que esse acordo foi firmado pelo governo e pelos parlamentares desta Casa. Agora o governo além de não cumpri-lo, demite dois policiais.

Coloco para esta Casa e para toda a população baiana que esse descumprimento de acordo vai trazer ou pode trazer um dano para esta sociedade, por causa desse governo, que além de não cumpri-lo, não se preocupa com a segurança pública do Estado.

Então, a categoria não vai aceitar esse descumprimento do acordo e vai chamar seus integrantes para uma assembleia, a fim de que seja discutido o cumprimento do acordo firmado pelo Governo do Estado e assinado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 5 minutos. No momento em que a Bancada do Governo está – fato inédito, Tarcio Franco, registre – apenas com um deputado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas imprensa, servidores. Primeiro, deputado Carlos Geilson, quero registrar que na semana passada fizemos diversas atividades lá na região do Baixo Sul. Senti falta da presença do deputado Hildécio lá. Teve o encontro do Conselho Municipal da Juventude e a Conferência Municipal da Juventude em Valença, onde a sociedade jovem foi se manifestar para, obviamente, se inserir nas ações que fortaleçam a formação da nossa sociedade a partir da juventude.

No último domingo, fizemos um encontro regional do Partido dos Trabalhadores, na cidade de Valença Fizemos, com 15 municípios reunidos. Esses municípios traçaram uma estratégia para que a gente possa enfrentar esse debate em 2016, fortalecendo a nossa legenda, nosso agrupamento. Esperamos, hoje, ampliar a

nossa participação política nos diversos municípios da região do Baixo Sul, com eventos extremamente significativos. Lá estiveram presentes a Deputada Maria del Carmem, Neusa Cadore, o deputado federal Nelson Pellegrino, e debatemos, deputado Adolfo Viana, toda uma estratégia para que possamos nos consolidarmos ainda mais na região do Baixo Sul do Estado da Bahia.

Quero aqui reforçar junto ao deputado Pedro Tavares essa luta nossa com relação a nossa cultura do cacau. Ainda sexta-feira conversei muito com o governador Rui Costa sobre essa batalha que estamos implementando no sentido de o governo federal rever esse posicionamento da importação de amêndoas que vêm de outros países e com isso tem criado um desequilíbrio muito grande a nossa região cacaueira. É natural, e naquele momento a crise muito grande, a partir de uma contaminação na nossa cultura do cacau, diminui bastante a nossa produção. Mas, hoje, a nossa produção do cacau já atende ao mercado interno e por isso não faz sentido essa política de importação do produto.

Acho que é uma luta desta Casa, uma luta sem coloração partidária, é uma luta de todos nós para que consigamos modificar esse investimento da cultura do cacau na região do Sul da Bahia.

Amanhã pela manhã acontecerá uma audiência pública na Comissão de Agricultura, e quero convidar todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes, para que possamos construir um debate e convencer todos os segmentos organizados da sociedade de que essa é uma luta que revitaliza a nossa produção do cacau na nossa Bahia. Não só no Sul da Bahia, mas também o Baixo Sul da Bahia, que já teve uma cultura do cacau muito grande e tem recuperado algumas áreas produtivas.

Por isso, quero aproveitar esse momento, para reforçar essa grande caminhada no sentido de valorizar e criar as condições, deputado Adolfo Viana, para que a gente retome de fato essa política de desenvolvimento do Sul da Bahia, a partir do que sempre foi importante para todos nós: a cultura da produção do cacau na região do Sul da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares, inicialmente, deputado Rosemberg Pinto, eu gostaria de parabenizar V.Ex^a, que hoje se pronuncia desta tribuna em defesa dos produtores de cacau e, conseqüentemente, em defesa do Sul da Bahia.

Amanhã, na Comissão de Agricultura, ocorrerá uma reunião às 9:00hs da manhã, e farei o possível, mesmo sem ser membro desta importante comissão, para me fazer presente, por entender que chegou a hora de revermos a política de importação de amêndoas do cacau .

Vou continuar parabenizando V.Ex^a, que tem feito o contraponto à Oposição aqui quase que diariamente e hoje, nesta sessão plenária, percebo que temos vários parlamentares ou quase todos da Oposição presentes no plenário e percebo que V.Ex^a, como um gigante, faz a defesa da Base Governista sozinho neste plenário.

Então, V.Ex^a está de parabéns. Vejo aí o nosso companheiro Zé Neto chegar rapidamente, mas não sei se ele nos vai nos dar a honra de ouvi-lo nesta tribuna, até para que a gente possa falar um pouco sobre segurança pública.

Nosso Estado da Bahia vem sofrendo muito com a falta de segurança pública. Tivemos mais um episódio muito triste, neste final de semana, com o assassinato de uma jovem médica, no Costa Azul. O interior do Estado da Bahia vem sendo castigado com sucessivos assaltos e explosões de caixas eletrônicos. Vou cobrar mais uma vez da Mesa Diretora, deputado Carlos Geilson, que faça uma reunião para tratar dos projetos de lei que visam a combater o crime organizado, os projetos de lei na área da segurança pública, para que possamos apreciá-los e votá-los com o máximo de urgência possível.

Sempre afirmei, desta tribuna, que os projetos na área da segurança pública, deputado Rosemberg Pinto... Não vai acontecer neste parlamento um projeto milagroso em que venha resolver, de uma vez por todas, o problema da segurança pública. Mas existem vários projetos que podem dificultar as ações dos criminosos e ajudar a Bahia a deixar de ser o estado preferencial do crime organizado, como é hoje.

Já falei diversas vezes e não tenho nenhum constrangimento em afirmar que temos, sim, um secretário de segurança pública capacitado, de carreira, um jovem que procura cumprir com o seu papel. Mas o governo precisa rever suas políticas públicas para a segurança pública. Precisamos voltar a discutir o Orçamento do Estado, para que possamos garantir maiores investimentos na área da segurança pública, deputado Euclides Fernandes.

O nosso Estado que investe bastante em publicidade. Nesse quesito o Estado da Bahia está bem demais! Talvez, seja um dos estados que tem uma das melhores propagandas em rede estadual do nosso País. Já na área da segurança pública, afirmo a V. Ex^{as}. que falta não só investimentos por parte do Governo, mas faltam prioridades para o orçamento nesta área e também vontade por parte da base governista, para encontramos tempo para debatermos esse assunto tão importante para a sociedade baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

Deputado Pablo Barrozo, V.Ex^a cedeu seu tempo para o deputado Adolfo Viana. Até o momento não há acordo para prorrogação do pequeno Expediente. É preciso que haja acordo até os próximos 3 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, funcionários desta Casa, os que nos acompanham pela *TV Assembleia*, pela internet, em várias regiões da Bahia, gostaria de registrar que mesmo com a crise que assola o País, com as dificuldades, com a recessão decretada de maneira oficial, com o PIB brasileiro de -2,6%. Lá em Vitória da Conquista a iniciativa privada entrega à região um PSL- entregando para a cidade de Vitória da Conquista um parque logístico do sudoeste, um porto seco e que foi entregue na sexta-feira e para que eles entregassem naquele estágio um investimento com recursos próprios na ordem de R\$ 80 milhões. Queremos parabenizar as empresas Prates Bonfim, a Gráfico e a Cubo. Sei que a principal iniciativa dos empresários Gilberto Prates e Luciano Bonfim, da Prates, eles conseguiram a parceria com a Gráfico e com a Cubo. Nas imediações desta maravilha de investimento, quero chamar a atenção, porque está o nosso aeroporto dependendo apenas de R\$ 30 milhões para a conclusão.

O jornal A Tarde disse que os recursos não saem e o governo que tinha prometido para junho, anunciou a licitação só para o ano que vem. Dos R\$ 30 milhões o governo só tem, na dotação orçamentária, R\$ 20 milhões.

Sempre falo que Conquista cresce, que Conquista avança fruto da iniciativa privada. Porque quando depende do poder público e ele falha os empresários ficam à mercê.

Esse Parque Logístico está margeando a BR-116, Rio-Bahia, nas proximidades do posto da Polícia Rodoviária Federal. Os empresários improvisaram uma saída e essa saída não tem faixa de segurança, não tem uma rotatória e as carretas praticamente saem como uma guilhotina e têm um acesso brusco à BR-116, Rio-Bahia, sem nenhuma sinalização, apenas uma placa indicando que é contramão o acesso que os empresários construíram.

E em cima do posto da Polícia Rodoviária, pasmem os senhores, a Via Bahia foi incapaz de implantar uma rotatória para premiar aquele investimento na ordem de 80 milhões.

Eu gostaria de fazer um registro. Faz duas semanas que vi aqui um grupo que chegou a esta Casa, exibiu uma faixa, o descontentamento, porque o governo não está convocando ou não convocou 1200 agentes penitenciários. E sabemos a situação das nossas penitenciárias, dos nossos cárceres.

O governo anunciou para setembro, no dia 16, uma licitação para contratação de uma empresa que haverá de administrar o novo presídio em Conquista, construído às margens da estrada Conquista-Barra do Choça, 800 vagas, só que, com certeza, o governo vai se esbarrar nesse problema dos agentes penitenciários.

Aproveitando o ensejo, aproveitando que os concursados estiveram nesta Casa e não conseguiram chamar a atenção, confesso até que falhei, eu ia fazer uma saudação, fazer o registro e acabei priorizando um outro assunto, eu diria, tão importante quanto, mas estou aproveitando esta oportunidade, em tempo, para lembrar que os agentes penitenciários, aqueles concursados, 1200, merecem uma atenção do governo do Estado. E sem eles, tenho certeza que mesmo após a licitação

do presídio, que começou em 2006, que há uma previsão de inaugurá-lo em 2016, tenho certeza que a licitação, por si só, não contempla sem a contratação dos agentes penitenciários.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ok, deputado Herzem Gusmão.

Por acordo...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por acordo, o deputado Pablo Barrozo vai nos dar a honra de ouvi-lo no nosso Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, jovem revelação da política baiana.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, queridos colegas deputados e deputadas, imprensa, amigos telespectadores da *TV Assembleia*, presidente, o motivo que me traz esta tarde à tribuna não é nada agradável, visto que se trata da fragilidade com que as vidas humanas hoje são tratadas pelos entes públicos responsáveis, seja na área da saúde, na área da segurança pública. Mas, infelizmente, teve que haver um crime como o que houve no sábado, num bairro de classe média para chamar a atenção das autoridades e da imprensa de uma forma mais clara.

A jovem Mariana, com os seus 22 anos, infelizmente, foi assassinada no último sábado, mas ela retrata a realidade da maioria da população baiana. Infelizmente, deputados Herzem e Hildécio, isso acontece todo santo dia nos bairros periféricos de Salvador, nos bairros periféricos dos municípios; principalmente com as pessoas mais pobres que não têm condições de viverem cercadas, presas dentro de casa, dentro dos condomínios.

Infelizmente, o que aconteceu com a Mariana, no sábado, também aconteceu com outra pessoa, um filho de amigo meu, na terça ou quarta-feira, na Paralela. Perdemos até a noção dos dias e da quantidade, porque estamos começando a tratar as pessoas como objeto de números.

Aí faço um apelo ao governador: Sr. Governador, pare de parecer querer fazer a sua imagem de bonzinho! Pare de querer trabalhar com propaganda, e aja, efetivamente. Compreenda que a política do Estado, para a segurança pública, é ineficaz e inoperante. Não adianta botar a culpa no aumento das drogas, que é uma verdade no País todo. Não adianta!

Daqui a pouco vão botar essa culpa da violência no desemprego! A realidade é que, no estado vizinho, em Pernambuco, nos últimos anos, a segurança pública tem sido tratada com respeito. E a resposta vem. Não adianta botar a culpa no que vem acontecendo no nosso País. A culpa é da falta de prioridade com a vida humana.

Infelizmente, mais uma vez, repito, tem que acontecer com uma pessoa que tenha condição, que estava cursando a faculdade de Medicina, uma menina no começo do sonho, deputado Euclides, da sua vida; uma menina que poderia ser filha

de tantos aqui, parente, amiga, como diversos são. E foi ceifada a vida num ato absurdo, inescrupuloso, e digo mais: antigamente bandido tinha medo de ser preso. Hoje bandido não só assalta, mata, porque não faz diferença matar ou não matar para ele, não vai ser preso mesmo, não tem policiamento, não tem investimento em segurança, nem em pessoal, não tem aumento de efetivo, não tem condição!

Você anda à noite nas ruas de Salvador, ou de qualquer interior baiano, são poucos os lugares onde você vê o poder de polícia exercido. A polícia nas ruas. Hoje você tem receio de andar em qualquer lugar de Salvador! Pare em algum lugar de Salvador para tomar água de coco, e fique tranquilo para ver se você não se campá! Pare! Pare em algum lugar do interior da Bahia para andar pelas ruas para ver se você não se campá! Vão no Oeste da Bahia e veja lá que a cada dia são assassinadas três pessoas, sejam pobres ou ricos.

Então, infelizmente, não podia faltar aqui hoje para dizer dessa indignação. A mesma que ainda tenho quando vejo um menino, uma criança na sinaleira pedindo esmola, é a mesma indignação! Ainda não consegui endurecer o meu coração para isso. Mas, infelizmente, tenho certeza que o governador, como pessoa que é, não terá e nem tem o desejo de que isso continue. Mas, infelizmente, ele tem que tomar ciência que existe uma política equivocada de Estado com relação à segurança pública, com relação às vidas dos muitos baianos que estão aí à mercê dos bandidos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, pedi essa questão de ordem para solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum da presente sessão.

O deputado Augusto Castro vai fazer o contraponto aqui também. Mas queria aproveitar esse tempo para dizer que também acho que precisamos fazer um debate aqui. Quero propor na próxima semana, na Comissão de Segurança Pública, deputado Sandro Régis, fazermos um debate sobre segurança pública. Mas um debate tranquilo, sem apelo. Porque o que vejo, lamento, que a Oposição aproveita dessa questão, aproveita da morte de algumas pessoas para transformar isso num apelo midiático.

Todos nós aqui, independentemente de ser Governo ou Oposição, nos entristecemos com a morte de qualquer pessoa aqui no nosso Estado. Nos entristecemos com qualquer pessoa porque ninguém aqui está achando que a política de segurança pública não é para dar proteção as pessoas.

Mas acontece em tudo quanto é lugar. Acontece na Bahia, em São Paulo, no meu interior, lá em Itororó, e em todos os lugares tem esse problema. O problema da criminalidade hoje não está efetivamente aqui no Estado da Bahia. É uma coisa generalizada. Mas se topar fazer o debate, deputado Sandro Régis, quero fazer esse debate aqui. Porque, as vezes, não vamos a ferida. O grande problema que está

acontecendo hoje é que a polícia prende, e imediatamente a justiça manda soltar. Precisamos fazer esse debate. Isso desestimula, e muito a nossa segurança pública; é no Brasil inteiro, não é coisa só da Bahia.

Precisamos fazer esse debate com muita tranquilidade, porque hoje aqui... Sei que tem um regramento do Poder Judiciário, mas é lastimável. Às vezes você saia daqui, numa batida, a polícia prende os principais marginais. Principalmente os chefes de quadrilha, porque aquele pequenininho que vai para lá se sujeitar a matar e a morrer, esse efetivamente nem preso vai; morre nas esquinas porque é pobre, negro, e não tem quem tome conta dele. Mas os grandes da criminalidade acabam sendo privilegiados nessa questão em que tem mais condições. Vai preso e não chega ao amanhecer do dia, se for à noite, e já vai estar em sua casa. Então precisamos debater essa questão.

É lógico que tem que ter direitos humanos. Tem que ter direito para todo mundo. A justiça é para todos. Mas precisamos enfrentar esse debate aqui. Não podemos jogar a responsabilidade o tempo inteiro para a Polícia Militar. É lógico que tem alguns excessos e precisamos coibir os excessos, mas não podemos aceitar dizer que a Bahia e tal...

E não podemos, deputado Adolfo Viana – quero fazer esse debate com V.Ex^a que é um parlamentar qualificado, que faz esse debate para cima – nos aproveitar de situações para que possamos tentar, com a luz de uma posição midiática, tratarmos essa questão da violência, utilizando inclusive o sentimento das famílias que perdem seus entes queridos. Não podemos transformar isso nessa questão.

Por isso vou propor que amanhã, ou na Comissão de Segurança Pública, façamos uma audiência pública a fim de debater essa questão, sem nenhum problema de expor as suas posições particularizadas, e assumindo cada um a sua responsabilidade.

Nesse sentido quero reforçar a solicitação da verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr Augusto Castro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Rosemberg, a Bahia hoje tem esses números. Realmente é muito assustador. Claro, um parlamentar como V.Ex^a que conhece essa Bahia, não sabe o que é dor de família que hoje a sociedade da Bahia está sentindo pelo assassinato dessa estudante de medicina. Isso é muito triste para o Estado da Bahia. V.Ex^a vê que os números, deputado Leur Lomanto, são assustadores. Não é só na capital; é na capital e interior do Estado. Acho que é um debate que a Oposição está pronta para encarar de forma natural porque existem os números.

Se pegar no governo passado, um governo de 8 anos e mais 9 meses de continuidade, é um governo que não conseguiu reduzir a violência no Estado. É muito fácil o governador ir para a imprensa dizer que vai realmente encaminhar um ofício

ao comandante. Fez um apelo ao comandante para poder ampliar a ronda policial. E por que não fez isso há 6 meses?

Espero que o governo do Estado tome uma posição de forma correta; uma posição que possa pensar tanto na capital quanto no interior, porque a violência está tomando conta do Estado da Bahia. É um debate que a Oposição está aqui para poder encerrar de forma natural.

Parabenizo, deputado Fábio, o discurso de V. Ex^a, porque é dever de toda a sociedade da Bahia encarar essa discussão sobre a violência.

Sr. Presidente, quero comunicar a Esta Casa, ao Plenário, à Bancada de Oposição e de governo a respeito da audiência pública, amanhã, na Comissão de Agricultura e Política Rural, quando vamos discutir a cultura do cacau. Os deputados Leur Lomanto, Sandro Régis e tantos outros que têm realmente no cacau a sua economia forte precisamos estar aqui, quando virão também o presidente da Ceplac, setores ligados à cacauicultura. Existe um débito de quase um bilhão de reais em execução na Fazenda Nacional, e o deputado Félix Mendonça e outros estão lutando na Frente Parlamentar do Cacau. E eu quero fazer um apelo a esta Casa para os parlamentares de governo e de Oposição fazerem esse debate, pois o cacauicultura já ajudou muito a Bahia e onde se encontra do jeito que está, com esse mecanismo de importação, o que tem assustado muito, deputado Hildécio, a nossa economia.

Portanto faço um apelo a esta Casa para que amanhã prestigie esse evento que irá acontecer na Comissão de Agricultura com vários produtores e pesquisadores.

Muito obrigado a esta Casa, faço também um apelo à imprensa para acompanhar essa grande audiência pública.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-Há um pedido de verificação de quórum do deputado Rosemberg Pinto, corroborado pelo deputado Aderbal Caldas, mas vou abrir o tempo para verificação, dando a palavra ao deputado Aderbal.

O Sr. Adolfo Viana: - Questão de ordem, Sr. Presidente

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Quanto à violência, o meu entendimento é que a causa da violência é muito mais do Judiciário do que da Polícia. O que diminui crime são as penas inibitivas, é um Judiciário ágil, independente e com uma legislação que possa inibir o crime. Tudo que o cidadão vai fazer na vida ele avalia custo e benefício. Infelizmente, no Brasil, o Estado brasileiro é generoso com os réus e injusto com as vítimas. E 11% de todo homicídio no mundo, no Planeta Terra, acontecem no Brasil. De cada 100 homicídios, só 6% são devidamente investigados e 3,8% ficam devidamente comprovados. E apenas 1,8% cumprem algum tipo de pena.

Então o cidadão vai praticar um crime sabendo que dois por cento de possibilidade de ele responder por esse crime. Por isso para quem não tem Deus, quem não tem zelo pelo seu nome, vale a pena delinquir. E é por isso que hoje nos aeroportos de Campinas e Guarulhos, em São Paulo, os criminosos dos países vizinhos estão vindo para praticar roubos lá. Não é possível um rapaz com 17 anos votar para escolha do maior cargo do País, para presidente da República, não

responder por seus atos de violência.

Posso lhes assegurar que o que diminui crime são penas inibitivas, porque bandido não conhece a voz do amor, não identifica, não fala esse idioma. As lamúrias, as súplicas das vítimas não comovem os bandidos, o bandido só é contido pelo temor. Aquele que não pratica, que não vive o amor só pode ser contido pelo temor.

Mas quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para convidar a todos para, amanhã, precisamente às 9:00 da manhã, na comissão de Agricultura, uma audiência pública com os produtores de cacau, os representantes da Ceplac, os compradores, os trabalhadores, e discutirmos os problemas da lavoura cacaueira, a crise da lavoura cacaueira. E peço aos Srs. Deputados que se façam presentes, porque é um dever nosso como parlamentar e como cidadãos comprometidos com aquilo que é justo e certo. É o nosso dever defender essa região que tanto já colaborou com o Estado da Bahia nos tempos áureos, e hoje passa por uma crise e que precisa de uma política compensatória, uma política diferenciada para salvar o Sul da Bahia, para salvar a lavoura cacaueira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, nada como ouvir a voz da experiência do nosso amigo, deputado Aderbal Caldas. Normalmente quando um deputado governista pede a palavra, ficamos atentos para fazer o contraditório; mas ouvindo o deputado Aderbal Caldas, só posso fazer das palavras dele, as minhas.

Aproveito para dizer a V.Ex^a que a nossa Bancada que solicitou os 15 minutos, vai retirar essa solicitação, para que V.Ex^a possa fazer a verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado, pela sua sensibilidade, pela gentileza. Como não há número de parlamentares suficiente para a continuidade da sessão, a mesma está encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.